



# Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lima; PDT - 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Ancorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermes Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

2.<sup>a</sup> **SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 4.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1996**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Tureck.

Às quinze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhorni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Peto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Dr. Rosinha, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Irineu Colombo (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 715**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação da Proposição n° 021/95 por 10 (dez) Sessões, bem como a Proposição n° 019/95 de autoria do Deputado Cezar Silvestri.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(aa) RICARDO CHAB

CEZAR SILVESTRI.

**REQUERIMENTO N° 714**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Votação em Bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) NELSON TURECK

O SR. MARQUINHOS ALVES (Pela Ordem) - Eu só queria anunciar a presença do Prefeito municipal de Arizona, o Carlão, o vice-Prefeito Joanilson, os vereadores João Adélias, o Branco, e o Mané. Era somente para registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
**ORDEM DO DIA:**

coma presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 01**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição n° 004/95. Veto aposto ao Projeto de Lei n° 074/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que Declara de Utilidade Pública Estadual a Ação Social São João Batista, com sede e foro no Município de Imbituva. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/DIL/SEEG n° 067/95

Curitiba, 24 de abril de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 018/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 74/95, em razão do fato de a entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei n° 7.220, de 17 de outubro de 1979.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei n° 74/95 encontra-se publicado no DA n° 23, de 23.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO AO VETO N° 04/95

P A R E C E R :

A Proposição em tela traz veto ao Projeto de Lei n° 074/95, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício n° 67/95, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Casa de Leis.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual.

A razão exposta pelo Chefe do Poder Executivo para o mencionado veto é que a entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei n° 7.220.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

## ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 018/95, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 114/95, de autoria do Deputado Cesar Selme, que Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Itapejara D'Oeste, com sede e foro neste município do Estado do Paraná. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/DIL/SEEG n° 099/95

Curitiba, 21 de junho de 1995.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 055/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 114/95, em razão do fato de a entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei n° 10.993, de 27 de dezembro de 1994.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei n° 114/95 encontra-se

publicado no DA n° 35/95, de 18.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 018/95

P A R E C E R :

A presente Proposição de Veto n° 018/95, oriunda de Mensagem Governamental, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei n° 114/95, de autoria do nobre Deputado César Selme, que declara de Utilidade Pública do Estado a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Itapejara D'Oeste, com sede e foro neste Município, do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, entendemos estar correto o presente Veto, já que a entidade acima nominada foi declarada de Utilidade Pública, através da Lei n° 10.993, de 27 de dezembro de 1994.

Desta forma, nos manifestamos favoravelmente ao presente Veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator.

Voto para a apreciação global dos dois Vetos acima. **Aprovado.**

Vai se proceder a Chamada Nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para comunicar ao Plenário que os Deputados, cujos Vetos estão na Ordem do Dia de hoje, Deputado Toti Colação, Deputado César Selme, sabem que os vetos são em consequência de já existirem estes projetos de Utilidade Pública nas entidades em que foram colocados como projetos.

Então é só para esclarecer este fato. Já estão sabendo desta informação, por isso o Veto tem que ser votado pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "sim". Os contrários à manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para a votação as cédulas que contêm a expressão "não". Após haver feito a sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à Chamada dos Senhores Deputados para a votação. Votaram 46 Deputados.

Designo a Comissão constituída pelos Deputados: Joel Coimbra, Eduardo Trevisan e Emerson Nerone, para constituir a Comissão escrutinadora.

- Votaram 45 Senhores Deputados; 31, com voto SIM.  
- Pela rejeição, 11;  
- Em branco, 3.  
Estão **Rejeitados** os Projetos e **Mantidos** os Vetos.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 019/95, VETO Aposto ao Projeto de Lei n° 076/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal GA-124, que liga os Distritos de Palmeirinha/Campina Do Simão/Santa Maria do Oeste. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/CTL/SEEG n° 095/95

Curitiba, 21 de junho de 1995.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 046/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 076/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal denominada GA-124, no Município de Guarapuava, ligando os Distritos de Palmeirinha, Campina do Simão e Santa Maria do Oeste, com extensão de 70 quilômetros.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o contido no art. 135, da Carta Estadual.

Por outro lado, vale destacar o adiante transcrito pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes que, analisando a matéria, asseverou:

"Tendo em vista ter sido executado aproximadamente 2.000 km de rodovias municipais financiadas pela Caixa Econômica Federal, que deveriam ser conservadas pelas respectivas Prefeituras Municipais, o que a rigor não vem ocorrendo, a Diretoria de Conservação do DER/PR sem que haja um planejamento prévio dos acréscimos de pessoal, de equipamentos e de recursos financeiros, não tem condições de absorver nenhum destes trechos, uma vez que nossos recursos já são insuficientes para atendimento de aproximadamente 12.000 km da malha rodoviária estadual, dos quais 10.000 km são pavimentados".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei n° 76/95, encontra-se publicado no D.A. n° 23/95, de 23.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 19/95

P A R E C E R:

Relatório:

A proposição objeto do presente parecer foi encaminhada pelo Ofício n° 95/95, através do qual o Excelentíssimo Governador do Estado vetou o Projeto de Lei n° 76/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri.

Em seu veto, o Excelentíssimo Governador alegou ser o Projeto de Lei inconstitucional, pois implica em despesas não previstas, ferindo o art. 135, da Carta Estadual.

Parecer:

O Excelentíssimo Governador do Estado vetou o Projeto n° 76/95, dentro do prazo constitucional, respeitando, portanto, o disposto no art. 71, § 1°, da Constituição Estadual.

Malgrado o brilho e a nobreza do projeto do Deputado Cezar Silvestri, a estadualização da Estrada Municipal GA-124, do Município de Guarapuava, implicaria em despesas não previstas no orçamento, ferindo, como bem observado pelo Excelentíssimo Governador, o art. 135 da Constituição do Estado.

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do veto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 021/95, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que objetiva criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/CTL/SEEG N° 146/95

Curitiba, 19 de julho de 1995.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 084/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformida-

de do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 130/95, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 130/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, afronta o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 130/95, encontra-se publicado no D.A. nº 39/95, de 25.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 21/95

P A R E C E R:

A proposição objeto do presente parecer, foi encaminhado pelo Ofício nº 146/95, através do qual o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado vetou o Projeto de Lei nº 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que objetiva criar a estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigação

e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Paraná.

A negativa Governamental, foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, a presente proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator.

Sobre as referidas proposições, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ricardo Chab e Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões, das Proposições nºs 019 e 021/95. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, das Proposições nºs 019 e 021/95.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 27, para logo após a Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia anteriormente anunciada.

Levanta-se a Sessão.